



Paulo Afonso Cavichioli Carmona

INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE

INSTRUMENTOS TRADICIONAIS E NOVOS

Prefácio

Edgar Guimarães

Área específica

Direito Administrativo. Direito Urbanístico.

Áreas afins

Direito Constitucional. Urbanismo.

Público-alvo/consumidores da obra

Advogados, Juizes, Promotores, Defensores
Públicos e estudantes de Direito.

133 páginas

ISBN 978-85-7700-363-1

Formato: 14,5x21,5 cm

<http://www.editoraforum.com.br/loja>

O exercício dos direitos subjetivos pelos particulares conforma-se com certos limites impostos pela ordem jurídica, e essa limitação ocorre em todos os Estados, inclusive nos que reconhecem e asseguram a propriedade privada e o regime de livre iniciativa, como o sistema constitucional brasileiro.

O presente livro faz análise dos diversos instrumentos de intervenção do Poder Público na propriedade privada, abarcando desde os tradicionais, tais como a desapropriação, o tombamento ou a servidão administrativa, até os novos instrumentos trazidos pelo Estatuto da Cidade, Lei nº 10.257/2001, como as operações urbanas consorciadas, o direito de preempção e a outorga onerosa do direito de construir.

Paulo Afonso Cavichioli Carmona

Doutorando em Direito Urbanístico pela PUC-SP. Juiz de Direito (TJDFT). Professor de Direito Administrativo e Urbanístico da Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (FESMPDFT) e do Instituto de Formação Luiz Vicente Cernicchiaro (TJDFT). Autor das obras *O consórcio imobiliário como instrumento de intervenção urbanística* (Fórum, 2007) e *Direito urbanístico* (Saraiva, 2010. Coleção Pockets Jurídicos, v. 58).

SUMÁRIO DO LIVRO:

PREFÁCIO
Edgar Guimarães

INTRODUÇÃO

CAPÍTULO 1

FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE

- 1.1 A liberdade e a propriedade
- 1.2 Conteúdo do princípio
- 1.3 Utilização, edificação e parcelamento compulsórios
- 1.4 IPTU progressivo no tempo
- 1.5 Desapropriação para fins de reforma urbana

CAPÍTULO 2

INSTRUMENTOS TRADICIONAIS DE INTERVENÇÃO

- 2.1 Introdução
- 2.2 Limitações administrativas
- 2.3 Ocupação temporária
- 2.4 Requisição administrativa
- 2.5 Servidão administrativa
- 2.6 Concessão de direito real de uso
- 2.7 Proteção ao patrimônio histórico e artístico nacional
 - 2.7.1 Registro
 - 2.7.2 Tombamento
- 2.8 Desapropriação
 - 2.8.1 Teoria geral
 - 2.8.2 Desapropriação comum ou ordinária
 - 2.8.2.1 Introdução
 - 2.8.2.2 Fase declaratória
 - 2.8.2.3 Fase executória
 - 2.8.2.4 Imissão provisória na posse
 - 2.8.2.5.1 Valor do bem expropriado
 - 2.8.2.5.2 Juros moratórios
 - 2.8.2.5.3 Juros compensatórios
 - 2.8.2.5.4 Correção monetária
 - 2.8.2.5.5 Despesas com o desmonte e transporte de máquinas e equipamentos
 - 2.8.2.5.6 Verbas de sucumbência
 - 2.8.2.5.7 Fundo de comércio
 - 2.8.2.6 Desapropriação indireta ou apossamento administrativo
 - 2.8.2.7 Retrocessão
 - 2.8.3 Desapropriação para fins de reforma agrária
 - 2.8.4 Desapropriação para fins de reforma urbana
 - 2.8.5 Rol de súmulas
 - 2.8.5.1 Supremo Tribunal Federal
 - 2.8.5.2 Superior Tribunal de Justiça

CAPÍTULO 3

NOVOS INSTRUMENTOS DO ESTATUTO DA CIDADE

- 3.1 Introdução
- 3.2 Zonas Especiais de Interesse Social
- 3.3 Operações urbanas consorciadas
- 3.4 Direito de superfície
- 3.5 Outorga onerosa do direito de construir e de alteração de uso
- 3.6 Transferência do direito de construir
- 3.7 Direito de preempção
- 3.8 Usucapião especial
- 3.9 Concessão de uso especial para fins de moradia
- 3.10 Demarcação urbanística e legitimação de posse
- 3.11 Consórcio Imobiliário Urbanístico

REFERÊNCIAS